



ATA DA 4ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA – ANO 2018.-----

No dia 13 de abril de 2018, às 10:35 h, na sala de reuniões, reuniu-se o egrégio Conselho Superior, registrando-se as presenças dos excelentíssimos senhores conselheiros: Christiane Neves Procópio Malard, defensora pública-geral e presidente do Conselho Superior, Wagner Geraldo Ramalho Lima, subdefensor público-geral, Ricardo Sales Cordeiro, corregedor-geral, Galeno Gomes Siqueira, secretário, Felipe Augusto Cardoso Soledade, Fernanda Sousa Saraiva e Richarles Caetano Rios. Presente ainda o presidente da Adep, Eduardo Cyrino Generoso. Ausentes justificadamente os conselheiros Marco Túlio Frutuoso Xavier, em gozo de férias e Heitor Teixeira Lanzelotti Baldez, em gozo de licença médica.

Havendo *quorum* regimental, a dra. Christiane declarou abertos os trabalhos.

Em seguida, foi lida e aprovada a ata da 3ª sessão ordinária de 2018, realizada em 09 de março.

A dra. Christiane cumprimentou os conselheiros, o presidente da Adep, Eduardo Generoso, da Associação dos Servidores, Hilton Santa Bárbara, o assessor João Paulo Torres, a defensora Carolina Morishita, servidores da Defensoria e da Adep, Erlan e Diego.

A dra. Christiane indagou do conselheiro secretário, Galeno Gomes Siqueira, se havia inscritos ao momento aberto, tendo o mesmo dito que Eduardo Generoso e Carolina Morishita estavam inscritos previamente.

Eduardo Generoso falou de reunião pedida à DPG; disse que ainda não foi possível a data; disse que trataria de questões pontuais; falou da assembleia da Adep onde ficou deliberado pelo projeto de revisão anual ainda no primeiro semestre; disse que tratou da questão anteriormente no Conselho Superior; falou do projeto do TCE, recebido no plenário da ALMG em 10.2.18; disse que reiterava manifestação anterior; solicitou informações se houve avanço na questão; indagou sobre o contingenciamento; disse que os colegas clamam por informação; indagou se há perspectiva de até segunda-feira ser feito o pagamento da 2ª parcela do retroativo; sobre a terceira questão, gostaria de informações sobre a entrega do planejamento estratégico, se já foi recebido, já que era até final de março; se recebido, se será encaminhado ou apresentado ao Conselho Superior; falou do lançamento em 4 de maio da campanha da Anadep, tendo o Condege como parceiro, sobre documentação básica; justificou a ausência em razão deste compromisso, isto na sessão de 04.5.18; falou do mês de maio,

mês do defensor; que será feito mutirão no dia 15 de maio, na Praça Sete; que no dia 19 de maio, será realizado o tradicional churrasco do defensor em comemoração da nossa data; disse que trará mais detalhes posteriormente; por fim, falou de convites recebidos para inaugurações de novas instalações, tais como Dolores do Indaiá, Patrocínio, Coromandel e Monte Alegre de Minas; disse que já esteve em Patrocínio e Coromandel; quanto à Monte Alegre de Minas, manifestou até um elogio mesmo, porque durante todo o trabalho que a Adep realizou em 2015 e 2016, em todas as comarcas, com o Adep em ação, Monte Alegre chamou muita atenção e preocupou bastante; fez menção a ata de sessão anterior em que expressava a sua preocupação com a situação da comarca; fez menção a ofício de 31 de agosto de 2016, pleiteando melhorias para a comarca; disse que ficava satisfeito com o resultado; disse que o colega não estava em situação adequada e agora espera que isto seja revisto; falou das condições precárias da sede anterior; disse que o colega necessitava mesmo de uma sede melhor.-----

A dra. Christiane, sobre o pedido de reunião, disse que não recebeu formalização do pedido; disse que ficou em dúvida em relação a este pedido de agenda; que está à disposição para quaisquer esclarecimentos e que vai agendar; sobre os temas abordados disse que o faria nos informes; sobre o contingenciamento e o PL de revisão anual, reiterou que o momento hoje em razão do contingenciamento não nos permite esse encaminhamento à ALMG de projeto de lei em razão da necessidade de ateste; sobre o PL do TCE disse que ele deve ter sido encaminhado em momento anterior e que nós não teríamos condições de termos feito o mesmo antes, já que o nosso acabara de ser implementado; isto em razão do momento de contingenciamento, afirmou; disse que o cenário é de cautela; que o gestor precisa dar o ateste ao PL a ser encaminhado; que embora tenhamos uma lei orçamentária aprovada, ela se submete ao momento; disse que acha que é possível o destravamento ao longo do ano; que isto está sendo dialogado com o governo; que diz de forma transparente, de forma clara, que já foi dito aqui no Conselho Superior antes; que isto não permite o envio agora, pois não tem como atestar e que a questão é orçamentária; sobre o retroativo, é restos a pagar, e está negociando; que dia 15 é domingo; que a expectativa é que na próxima semana saia, mas não sabe precisar dia e assim que souber informará; que hoje, sexta-feira, dia 13.4, o governo não conseguiu pagar todos os servidores; que enquanto isto não se cumprir, não conseguem

transferir os recursos à DPMG; que assim que for efetivado o pagamento dos servidores, dentro do fluxo de caixa, é que se consiga o pagamento na próxima semana; sobre o planejamento estratégico, ele está sendo finalizado; que não conseguiram ainda em razão das ultimas reuniões realizadas e dos encontros; que foi pedido mais alguns dias; que fizeram um consenso neste sentido e será entregue em breve; que fará a entrega formal aqui no Conselho Superior e agendaremos uma data para que isto ocorra; com relação aos eventos, fará agenda e fará questão de comparecer para prestigiar; sobre as inaugurações, sempre disse que é muito importante o trabalho conjunto; que sempre teve trabalho harmônico com a Corregedoria e com os Coordenadores Regionais também; mencionou os coordenadores Evaldo Cunha e Vanderlei Capanema, que sempre viajaram e mostraram a realidade das comarcas; que os assessores do gabinete também visitaram *in loco*; que todos deram oportunidade de conhecer a realidade de diversas comarcas no Estado, o que permitiu alugar novas sedes no Estado inteiro; que a presença do presidente da Adep nas inaugurações será muito importante.-----

Eduardo Generoso disse que ficou satisfeito com as respostas; que a categoria continua aguardando o encaminhamento do projeto o mais breve possível.-----

A dra. Christiane sugeriu se consulte a Adep para informar sobre a impossibilidade do ateste; que ninguém mais do que eu quer enviar, disse, mas que não tem como fazer este compromisso hoje; que se as cotas forem liberadas, ninguém mais que nós gostaria de fazer, prosseguiu; que isto também sempre fez parte de nossa vontade, de nosso planejamento, finalizou.-----

Carolina Morishita cumprimentou todos os presentes; falou da abertura de consulta sobre o projeto de tutela coletiva; disse que quando abriu os procedimentos para ler, não soube como estão as discussões no âmbito do Conselho Superior; que não tem uma ementa de como foi o projeto; que os colegas estão com dificuldades e os do interior também, dada até a qualidade das gravações das sessões; disse que achou difícil manifestar da forma como está; fez menção aos documentos e pareceres juntados; disse que não sabe o que palpar; se se deve partir do pressuposto de que todas as ponderações foram acatadas, se o parecer da Corregedoria é vinculante, disse não saber e que é um pouco complexo; disse que mandou comentário sobre o art. 26; mencionou sobre sua proposta; sugestão: antes de apresentar a classe, para facilitar, até porque são quatro arquivos diferentes,

que talvez fosse mais efetivo apresentar uma consolidação à classe.-----

O conselheiro Wagner ramalho falou de dificuldades sobre qual é a sequência dos documentos; disse que eles têm uma ordem cronológica; fez considerações sobre o andamento da proposta no âmbito do Conselho; falou da baixa participação lá trás; falou que a comissão fez um trabalho todo; que o relator consolidou e passou ao revisor; que ainda não teve julgamento; que houve a suspensão para os defensores manifestarem sobre isto; que a base é o trabalho encaminhado pelo relator e as manifestações do revisor; que esta é a base que está em discussão; disse que perceberam ao longo do tempo que é mais difícil apresentar sugestões em abstrato do que com documento concreto; sugeriu a colocação de uma nota, uma mensagem, para explicitar, deixar claro quais são os documentos base, o produto final.-----

O conselheiro Felipe Soledade disse que na prática a gente consegue superar dois ou três problemas; recordou a redistribuição de procedimentos, das sessões virtuais, que quanto mais opiniões é melhor; disse que queria sugerir que alguém em voto vista fizesse o compêndio e votaria o voto vista; disse que funcionou em outros impasses e funcionou bem.-----

O conselheiro Wagner Ramalho disse que acatou as ponderações do revisor e disse que em tese ela é a que está em discussão.-----

O conselheiro Richarles Caetano disse que este procedimento é um pouco caótico, muito antigo e ficou parado muito tempo; que a dificuldade que a Carolina teve, todos temos; que o Conselho ainda não começou a discussão em torno do procedimento; que a discussão é após a manifestação dos colegas; que talvez o ideal é deixar do jeito que está, para não delongar mais ainda; que nas próximas consultas é melhor a sugestão do conselheiro Wagner Ramalho; que a proposta apresentada pelo relator e revisor é o que está em debate; que deixaria do jeito que está, até mesmo para não protelar ainda mais, mas que nos próximos adere à proposta do conselheiro Wagner, apresentando apenas o produto do relator e revisor e fazer esta comparação.-----

A dra. Christiane indagou da defensora Carolina Morishita se ela teria alguma sugestão de encaminhamento.-----

Carolina Morishita disse que percebeu que é difícil mesmo; que muitos investiram muito tempo mesmo, e que pode perceber isto; que há comentários minuciosos; que a dificuldade não é impeditiva, mas não incentiva a participação da classe; sugeriu fazer uma exposição de motivos mesmo.-----

O conselheiro Galeno disse que o procedimento foi publicado da forma que está autuado; que ele é complexo não só fisicamente, mas que a matéria é complexa mesmo; disse que os procedimentos obedecem esta lógica até mesmo para preservar a sua história.-----

Solução apresentada e aprovada: colocar abaixo o voto do relator e revisor e um texto explicativo.-----

O conselheiro Richarles Caetano disse que não se pode protelar indevidamente; que teremos depois uma Deliberação que pode ser aperfeiçoada; que temos que ter um ponto de partida que não é o ideal e que tem que ser feito.-----

O conselheiro Wagner Ramalho disse que pode se fazer uma nota e explicita e coloca o voto do relator e revisor e coloca uma mensagem e um memo circular neste sentido.-----

Por sugestão do conselheiro Galeno Gomes, a sessão prevista para o dia 27 de abril de 2018, a 2ª extraordinária, será apenas a posse do novo Corregedor-Geral, isto a partir das 17:00 h, com o que todos concordaram; o conselheiro Galeno fez considerações sobre a inviabilidade da apreciação de matérias na mesma sessão, com o que todos concordaram.-----

Sobre a mudança do Corregedor e sobre o andamento do procedimento da tutela coletiva, o conselheiro Wagner Ramalho disse que o conselheiro Ricardo Sales e o assessor Marcelo Paes podem ajudar, até porque este participou dos debates.-----

Eduardo Generoso, presidente da Adep, disse que este ano não terá o Congresso Nacional dos Defensores; que a expectativa é de um encontro estadual; solicitou a reserva dos dias 29 e 30 de novembro de 2018 para que não tenha eventos nestas datas; que estão trabalhando para executar o evento nestas datas.-----

A dra. Christiane disse que deixará na agenda institucional da Defensoria Pública.-----

Relativamente ao procedimento nº 026 de 2018, item 2, recurso administrativo contra indeferimento de pedido de licença especial manejado por Hilton de Assis Santa Bárbara, presidente da Associação dos Servidores, o conselheiro Galeno Gomes deu informações sobre o ingresso no Conselho Superior; disse que tal procedimento aportou no Conselho Superior depois do fechamento da pauta, mas como ele contém pedido de urgência colocava a questão para análise do pleno, especificamente o pedido de urgência e de liminar, com sugestão de que retorne à pauta da sessão de 04 de maio de 2018, 5ª ordinária; mencionou também sobre o pedido de reconsideração feito ao gabinete pelo recorrente, o que inviabilizaria a análise nesta assentada.-----

Tal procedimento é da relatoria do conselheiro Richarles e a revisão a cargo do conselheiro Wagner Ramalho.-----

O conselheiro Galeno disse ser favorável desde já ao deferimento do pedido de urgência.-----

Eduardo Generoso disse que a questão deve ser analisada o mais breve possível.-----

A conselheira Fernanda Saraiva disse ser favorável ao pedido de urgência e de liminar formulados.-----

O conselheiro Ricardo Sales colocou-se de acordo com o pedido de urgência; disse que é razoável aguardar até a próxima sessão, em que pese ter condições de proferir voto; disse que com isso dá-se tempo para a administração decidir sobre o pedido de reconsideração; disse que estava preparado até para votava a liminar e neste ponto acompanhava a conselheira Fernanda Saraiva.-----

O conselheiro Wagner Ramalho disse ser favorável ao pedido de urgência.-----

Os conselheiros Richarles Caetano e Felipe Soledade também se colocaram de acordo com a urgência.-----

À unanimidade, foi dado o caráter de urgência ao procedimento nº 026 de 2018, recurso administrativo contra indeferimento de pedido de licença especial formulado por Hilton de Assis Santa Bárbara.-----

Quanto ao item 3, o julgamento do procedimento nº 084 de 2009, requerimento de definição de inamovibilidade no Núcleo Cível e Fazenda Pública de Varginha, formulado por Wener Trindade Mendonça e outros, foi dada a palavra ao relator, conselheiro Ricardo Sales Cordeiro, que apresentou voto escrito, dispensada a leitura do relatório, para o qual pediu a juntada, dando pela perda do objeto e conseqüente arquivamento.-----

Dada a palavra ao revisor, conselheiro Galeno Gomes Siqueira, *ad hoc*, que acompanhou o voto apresentado pelo relator, sendo seguido por todos os demais conselheiros.-----

Resultado: à unanimidade, foi determinado o arquivamento do procedimento nº 084/09 pela perda do objeto.-----

O item 4, o julgamento do procedimento nº 015 de 2016, pedido de alteração do anexo I, da Deliberação nº 011/09 e formulado por Thiago Dutra Vaz de Souza, teve a seguinte solução: dada a palavra à relatora, conselheira Fernanda Saraiva, a mesma apresentou relatório e voto, dando pela extinção do feito pela falta de interesse de agir, sendo seguida pelo revisor, conselheiro Richarles Caetano e pelos demais conselheiros.-----



O conselheiro Richarles disse que esta proposta do então conselheiro Thiago Dutra foi superada no tempo porque se criou posteriormente o projeto paralelo e temporário que é o "julgar"; disse que atualmente o TJMG criou o III plenário do Júri em Belo Horizonte; disse que em conversa com juizes do júri de Belo Horizonte, eles entendem que este III plenário deve ser instalado ainda em junho; que existe a possibilidade de extinção do projeto "julgar"; que este III plenário não estará vinculado nem a um sumário nem a outro; que em um primeiro momento vai atender o I, mas pode atender o II; disse que há incertezas; que não temos condições de fazer; falou das dificuldades em abandonar o processo justamente no julgamento em plenário; disse que isto prejudica o assistido, mas que esta possibilidade existe; disse que serão mais cinco júris por semana e que a situação está posta; disse que apenas faz o relato, mas faz esta ponderação: no numero atual os defensores não terão condições de atender esta nova demanda e que é uma situação dolorida; disse que a Defensoria acompanha o réu desde o início e no momento de decidir a sua vida, a defesa chega e diz: "não estou mais com você"; disse que são decisões que terão que ser tomadas, inclusive nesta gestão ainda, já que está previsto para junho ainda o início dos trabalhos do III plenário da Capital; disse que a proposta feita pelo Thiago Dutra está superada pela situação que evoluiu para um outro contexto.-----

A dra. Christiane disse que está acompanhando a questão junto à Coordenação Criminal da Capital; disse que é um desafio: a falta de defensores ante o aumento de atribuições; disse que no TJMG também está havendo mudança da presidência e que talvez a Defensoria ganhe um tempo com isto até o posicionamento da nova diretoria.-----

A conselheira Fernanda Saraiva pediu a atualização da planilha de lotação dos defensores exposta na intranet e disse que tem que rever com urgência a questão.-----

Resultado: à unanimidade, decidiu-se pela extinção pela perda do objeto e conseqüente arquivamento do procedimento nº 015 de 2016.-----

Quanto ao edital para defensor público-geral todos concordaram com a minuta apresentada pelo conselheiro Galeno, que disse ter contado com o auxílio dos conselheiros Marco Túlio e Richarles Caetano, inclusive com a nova data de abertura.-----

Quanto ao procedimento nº 024 de 2018, foi dada a palavra ao colega Wagner Ramalho que falou das alterações sugeridas pelos setores técnicos; falou da revogação de decretos que regravam os

exames admissionais; disse que outra dúvida que surgiu foi a relacionada à expressão contida no art. 2º, da Deliberação nº 16 de 2018 no que se refere à dotação orçamentária; disse que pelo que foi colocado pela assessoria jurídica e SPGF, este ficou inseguro porque o que significaria dotação orçamentária? Seria para contratar a empresa ou prover todos os cargos? Disse que colocava a questão mais para discussão; disse que também seria interessante que isto não tivesse só no email e que o relator apresentasse um voto e a área técnica apresentasse o parecer; que o último concurso a empresa a ser contratada foi paga pelas inscrições e que a fonte 60 é como se fosse reserva de contingente.-----

A conselheira Fernanda disse ter uma dúvida: gastar com a abertura de um concurso e sem previsão de nomeação e posse não seria um gasto desnecessário?-----

O conselheiro Richarles disse que esta questão chegou ontem de última hora e é uma questão séria; que o Regulamento foi aprovado por unanimidade; que entendeu a urgência, mas disse achar que a questão tem que ser amadurecida, discutida, porque envolve dinheiro e é o nosso nome que está aí; disse que não tem a mínima condição de deliberar esta matéria hoje; sugeriu a apresentação de parecer escrito da assessoria jurídica e do SPGF e que achou as ponderações do conselheiro Marco Túlio e enviadas por email pertinentes e que as condições do concurso anterior foram exitosas.-----

A dra. Christiane disse que o concurso anterior tinha uma autorização da secretária Renata Vilhena para sua realização e que ainda não tinha a lei nº 141 ainda; disse que precisava de autorização da Seplag à época para abertura do certame.-----

O conselheiro Richarles disse que concurso o anterior deu muito certo e não houve questionamento judicial, fluiu; disse que pessoalmente não tem condições de deliberar sobre a matéria e que temos que discutir com calma.-----

A dra. Christiane sugeriu a expedição de notas técnicas e que se juntasse no voto as documentações mencionadas; disse que se possível se pautasse para a próxima sessão; admitiu a necessidade de uma reunião interna depois da apresentação dos documentos; indagou se de fato esta alteração seria imprescindível; disse que colocava a questão para análise de todos.-----

O conselheiro Richarles disse que se a gente altera o Regulamento, faz-se uma nova publicação e isto não passa despercebido; disse qualquer alteração no Regulamento temos que ser muito



cuidadosos, até mesmo na questão da perícia e que isto é um convite para uma impugnação judicial.-----

A dra. Christiane indagou se é possível reproduzir no edital de forma diferente, tendo o conselheiro Richarles dito que sim.-----

A dra. Christiane disse que para as alterações tem que ter estas notas técnicas; que vamos produzir estes documentos e se incumbia de trazer a questão da imprescindibilidade das alterações ao Conselho Superior.-----

O conselheiro Wagner Ramalho disse que sobre a sua proposição, a questão da parte pericial é mais tranquila, até porque é utilizada a perícia do Estado e mencionou o TCT nº 007 de 2015; disse que não precisamos adentar nela agora e que até o dia 04 de maio temos condições para refletir e isto dá segurança para todo mundo; disse que pedirá os documentos necessários, com o que todos concordaram, devendo a matéria retornar à próxima pauta.- Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão às 13:05 h., lavrando-se a presente ata, que segue assinada pelos senhores conselheiros. Belo Horizonte, 13 de abril de 2018.-----

Christiane Neves Procópio Malard

Christiane Neves Procópio Malard Wagner Geraldo Ramalho Lima

Ricardo Sales Cordeiro
Ricardo Sales Cordeiro

Marco Túlio Frutuoso Xavier (FÉRIAS)

Galeno Gomes Siqueira
Galeno Gomes Siqueira

Heitor Teixeira Lanzelotti Baldez (Lic. nco)

Felipe Augusto Cardoso Soledade
Felipe Augusto Cardoso Soledade

Fernanda de Sousa Saraiva
Fernanda de Sousa Saraiva

Richarles Caetano Rios
Richarles Caetano Rios

Eduardo Cyríno Generoso
Eduardo Cyríno Generoso